

Brasil quer renegociação igual à do México

BRASILIA — O Ministro da Fazenda, Ernane Galvães, não deixou dúvidas em seu pronunciamento, na quarta-feira passada: o Governo brasileiro parte para a próxima rodada de renegociação da dívida externa do País, no dia 14, convicto de que não haverá necessidade de solicitar novos recursos externos para o fechamento do balanço de pagamentos em 1985.

Não é uma posição irrelevante, como atestam os pronunciamentos de banqueiros internacionais sobre o assunto. Na primeira e segunda fases de renegociação da dívida, a necessidade de novos recursos externos, além das linhas de crédito comercial e interbancário, exigiu um penoso esforço do Governo brasileiro junto a quase mil bancos credores em todo o mundo.

A definição do Ministro Galvães sustenta-se nas reservas internacionais acumuladas ao longo deste ano e que simplesmente inexistiam nas negociações para o fechamento do balanço de pagamentos de 1983 e 84. Por trás dessa posição, encontra-se também o objetivo declarado do Governo brasileiro de receber dos banqueiros o mesmo tratamento dispensado ao México, em sua última renegociação. O país obteve uma melhoria substancial nas condições de pagamento de sua dívida.

O exemplo do México significa, na

verdade, o principal parâmetro a ser utilizado pelo Governo na próxima rodada de entendimentos com os credores. Não foi gratuita, portanto, a viagem realizada, na segunda quinzena de setembro, a Cidade do México por quatro técnicos do Banco Central e do Ministério do Planejamento, encarregados de dissecar os termos do acordo mexicano com os bancos internacionais.

No México, os técnicos trouxeram a convicção de que não seria produtivo insistir nas propostas de capitalização dos juros externos a serem pagos pelo País ou mesmo de vincular esses pagamentos a uma parcela das exportações brasileiras. Seria mais conveniente, ou seja, mais aceitável para os bancos tentar a redução do spread (taxa de risco) e das comissões cobradas no processo de refinanciamento da dívida.

Das condições negociadas pelo México foram retiradas, ainda, o prazo de 14 anos de pagamento, formalmente caracterizado como proposta brasileira por Galvães, no pronunciamento de quarta-feira. A tentativa de renegociação plurianual das amortizações a vencer nos próximos anos também não é novidade para os banqueiros credores do México, que conseguiu reescalonar os créditos com vencimento de 1985 a 1989.

Ao contrário do México, que tem importantes trunfos a apresentar na

execução do modelo de ajustamento prescrito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Governo brasileiro senta-se à mesa de negociações constrangido por uma taxa de inflação que novamente deverá superar os 200 por cento este ano.

Não é essa, entretanto, a dificuldade mais importante a ser enfrentada pelo Governo. Como já admitiu o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, o interesse manifestado pelos credores em relação aos próximos ocupantes do Palácio do Planalto e dos Ministérios da área econômica.

O impacto da transição de Governo brasileiro sobre essa terceira fase de renegociação da dívida externa ainda é uma incógnita. Colin, por exemplo, acredita que o fato de o País não solicitar novos recursos para 1985 apressará as negociações. O Diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, já chegou a admitir, há mais de três meses, que os banqueiros internacionais podem querer um contato formal com a equipe do próximo Governo antes do fechamento dos novos contratos de refinanciamento.

O Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, limita-se a dizer que o atual Governo termina apenas a 15 de março de 85, cabendo-lhe, portanto, a tarefa de conduzir e concluir mais essa renegociação.